

A gestão social do medo na política da insegurança absoluta

RENATO NUNES BITTENCOURT*

Resumo

Neste artigo abordamos, mediante análise de diversas obras de Bauman, a configuração do medo nas relações humanas da sociedade tecnocrática, que, apesar de seu inerente progresso científico e material, não conseguiu solucionar satisfatoriamente os problemas estruturais herdados do passado anterior ao processo de formação moderna do Estado e sua postulada racionalidade. As cisões sociais da civilização tecnocrática potencializam ainda mais o medo endêmico presente na concepção de vida dos atores sociais cada vez mais sectários de disposições políticas reacionárias.

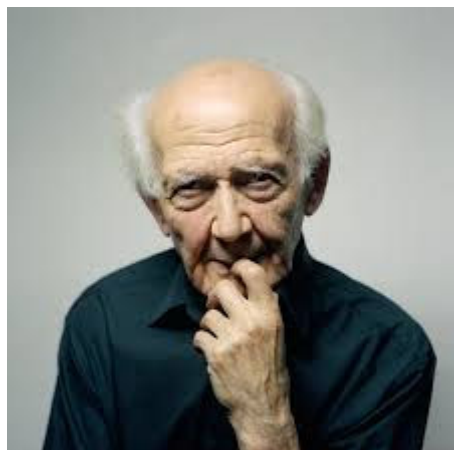
Palavras-chave: Medo; Violência; Incerteza; Insegurança; Cisão Social.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT** É Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ. Professor da FACC-UFRJ.

Introdução

A melhor maneira de se valorizar a intensidade do pensamento de um autor é problematizá-lo criticamente, destituindo-o de toda mitificação, procedimento comum em uma sociedade desorientada axiologicamente, que necessita seguir o discurso do gênio idolatrado como se dele emanasse a palavra mágica que conduz cada pessoa ao caminho da felicidade. As próprias editoras detentoras dos direitos autorais sobre a publicação das obras de um autor renomado são responsáveis por esse processo de divinização intelectual do pensador celebrizado, ao apresentar sua obra como a chave de explicação para todos os problemas da ordem social, evidenciando assim o quanto ainda a grande massa depende da sua própria submissão pessoal ao discurso universalista dos grandes legisladores morais para assim encontrar um norte em sua existência fragmentada. Honrar dignamente um autor não significa enunciar fragmentos dos seus livros tal como palavras de ordem a conduzir consciências heterônomas ou assisti-lo em palestras cujos conteúdos ficam esvaziados pela espetacularização de sua imagem, mas compreender a organicidade de sua obra, utilizando-a não como norte para a sua própria vida, mas como uma poderosa interlocução que promove a própria singularidade intelectual do pesquisador. Eis o que pretendemos fazer no decorrer desse texto que celebra o conjunto da obra de Zygmunt Bauman e sua importância para a compreensão do modo de ser da civilização tecnocrática em suas mais



Zygmunt Bauman (1925-) 1

diversas interfaces sociológicas, filosóficas, políticas, econômicas, antropológicas, psicológicas, dentre muitas outras. Pensador de grande apelo literário em decorrência da fluidez de sua escrita e da capacidade de percepção ontológica dos problemas da vida humana na crise axiológica da

Modernidade Líquida, as ideias de Bauman são repetidas por muitos leitores desprovidos de maior substância crítica como jargões que acabam por prejudicar a própria densidade desse pensamento abissal, capaz de apresentar diagnósticos culturais tão importantes para a decifração das contradições de nosso modo de viver. Leitores devotos de um grande autor apenas proporcionam maiores lucros para as editoras, mas dissolvem a radicalidade das ideias desse autor, por isso é imprescindível que adotemos sempre o posicionamento crítico na abordagem de sua obra, pois somente assim promoveremos de fato o progresso cultural. Reforçando ainda mais a importância do pensamento de Bauman para a compreensão dos problemas da sociedade tecnocrática, questões convergentes de outros autores serão utilizadas, estabelecendo-se assim um frutífero diálogo multidisciplinar acerca do problema do medo na construção da vida humana em uma organização civilizacional alienadora e excludente, estruturalmente incapaz de proporcionar um efetivo bem-estar para seus habitantes, existencialmente fragilizados e desorientados.

Medo e incerteza existencial na era da liquidez

Certamente um dos afetos mais terríficos para a constituição da condição humana seja o do medo, grande tema de discussão para as humanidades, as ciências e as artes, assim como capital fundamental da práxis política. O medo gera na subjetividade humana a erupção das disposições reativas mais recalcadas, silenciadas pela falsa experiência de harmonia social reinante na civilização tecnocrática. Bauman afirma que

A insegurança alimenta o medo: não há novidade, portanto, no fato de que a guerra à insegurança tenha grande destaque na lista das prioridades dos planejadores urbanos [...]. O problema, porém, é que, com a insegurança, estão destinadas a desaparecer das ruas da cidade a espontaneidade, a flexibilidade, a capacidade de surpreender e a oferta de aventura, em suma, todos os atrativos da vida urbana. A alternativa à insegurança não é a beatitude da tranquilidade, mas a maldição do tédio (BAUMAN, 2009, p.68).

O “medo líquido” tal como analisado por Bauman se caracteriza por sua produção constante de incertezas existenciais e por sua ubiquidade intrínseca. Isso não significa que inexista para o sujeito amedrontado da sociedade moderna a identificação estigmatizante de pessoas ou de grupos dignos de aversão por sua pretensa periculosidade. A grande questão é que quando havia outrora a grande fé na teleologia da história, os inimigos morais eram identificados ontologicamente como as figuras que representavam a própria encarnação do mal radical, estabelecendo-se um maniqueísmo reducionista que favoreceria a conveniente separação

entre o rebanho de cordeiros e a matilha de lobos. Bauman considera que

O tipo de incerteza, de obscuros medos e premonições em relação ao futuro que assombra os homens e mulheres no ambiente fluido e em perpétua transformação em que as regras do jogo mudam no meio da partida sem qualquer aviso e padrão legível, não une os sofrendores: antes os divide e os separa (BAUMAN, 2003, p.48).

Na configuração ideológica da dita “Modernidade Líquida”, os pretensos valores universais como “Verdade” e “Bem” entraram em processo de questionamento radical e dissolução conceitual, ainda que alguns dos seus resíduos se encontrem entranhados na axiologia de grupos tradicionalistas apegados ao passado glorioso. No cenário político da “sociedade líquida” o antigo maniqueísmo tende cada vez mais a se converter em uma estrutura cinzenta que apresenta dificuldades de identificação das partes, gerando assim na malha social a incerteza constante perante o caráter de cada ator social. O processo de laicização que o ideário moderno trouxe para muitas organizações políticas modificou consideravelmente a experiência moral dos sujeitos a elas associados, emancipando-os parcialmente dos mandamentos teológicos constituintes das sociedades tradicionais em nome da formação de um modo de vida mundanizado. Contudo, resquícios dessas disposições teológicas, dentre alguns exemplos, se encontram escamoteados na política como salvação nacional, no culto fetichista das celebridades, nas paixões desenfreadas pelos clubes de futebol ou na crença positivista dos fatos. Nessas condições, apesar de a tecnocracia moderna excluir Deus do seu horizonte axiológico, sua sombra permanece ainda presente no

recôndito da subjetividade humana, ainda que uma grande massa se declare ateísta: “Deus está morto; mas, tal como são os homens, durante séculos ainda haverá cavernas em que sua sombra será mostrada. – quanto a nós – nós teremos que vencer também a sua sombra” (NIETZSCHE, 2012, p. 126). Com efeito, a devoção ao divino necessariamente não se efetiva apenas através do culto religioso, mas também através de diversos modos que sacralizam a existência cotidiana do sujeito, dando-lhe um sentido de transcendência em uma realidade social que na sua aparência vivencia o contrário.

O medo brota perante toda expressão existencial e gnosiológica de desconhecimento, estado que o caráter axiologicamente medíocre se esforça em perpetuar, pois o projeto de se compreender o que não é conhecido demanda um nível de dispêndio de tempo incompatível com as urgências cronométricas da sociedade tecnocrática e de seus incessantes apelos por produtividade mediante aproveitamento máximo de cada parcela do tempo disponível. Conforme Bauman,

A Modernidade descobriu que a condição de volatilidade que origina a insegurança perpétua dos atores pode ser transformada no mais fidedigno dos fatores de manutenção do modelo. A política de regulação normativa foi substituída pela “política de precarização”. A flexibilidade das condições humanas preenche com a insegurança do presente e a incerteza do futuro acabou por ser vista como sendo a melhor matéria-prima para a construção de uma ordem forte e resistente; a vida segmentada em episódios sem peias ao passado nem amarras ao futuro elimina o desafio de estabelecer a

ordem de uma forma mais radical do que fizeram as mais elaboradas (e exorbitantemente caras) instituições de vigilância panóptica e de administração cotidiana (BAUMAN, 2010, p. 224-225).

É imprescindível a existência da coragem para que o sujeito se lance ao desconhecido, fazendo de sua vida uma aventura criativa constante, e comumente quem é seduzido pelo prazer instantâneo proporcionado pelas benesses da sociedade de consumo somente anseia gozar intensamente o momento, pois o futuro sempre é contingente nas suas mais diversas perspectivas existenciais. A fruição do prazer é muitas vezes garantida, a imersão ao desconhecido apresenta resultados incertos, gerando assim ansiedade no sujeito da ação. Bauman afirma que

A ideia de “progresso” agora representa principalmente a ameaça de mudança implacável e inescapável, mas uma mudança suposta e não prevista com algum grau de certeza (ou, nesse sentido, receptiva a tal previsão), muito menos planejada. Em vez de augurar paz e alívio, as futuras mudanças pressagiam o esforço contínuo sem um aumento de descanso, ameaçando apresentar exigências novas e desconhecidas e invalidar rotinas de enfrentamento aprendidas com dificuldade (BAUMAN, 2008a, p. 181).

Nessas circunstâncias, convém ao homem reacionário fechar as portas de sua percepção existencial a todos os estímulos da diferença dos valores e dos costumes, de modo a estabelecer em sua vida premente de mesmice uma consciência autocentrada e enclausurada em seus pobres limites gnosiológicos pessoais, sem capacidade de se comunicar convenientemente com

outrem e assim estabelecer as bases para uma ação social solidária que favoreça uma efetiva transformação das condições concretas da vida humana partilhada. Ulrich Beck aponta que

A solidariedade da carência é substituída pela solidariedade do medo. O modelo da sociedade de risco marca, nesse sentido, uma época social na qual a solidariedade por medo emerge e torna-se uma força política (BECK, 2010, p. 60),

Esse medo reacionário perante os signos da diferença é a causa fundamental de toda violência social, pois nasce do ódio contra toda figuração que não coadune com o modo de ser monolítico e monocromático do sujeito atrelado ferrenhamente ao espírito de identidade e sua postulada permanência ontológica. Uma vez que as identidades fixas de outrora hoje são liquefeitas, as fontes malélicas de todo medo se volatizam, tornando-se assim expressões onipresentes das incertezas existenciais de uma grande massa humana desorientada em diversas acepções: axiológicas, gnosiológicas, éticas, políticas, educacionais, culturais.

O sujeito politicamente autocentrado perde a capacidade de desenvolver confiança acerca da boa vontade das pessoas com as quais se depara em sua vida prosaica e de acreditar na probidade de outrem, pois teme de antemão toda sorte de violações contra sua integridade pessoal, sem que ao menos experimente a intensidade da vida para que assim possa tirar suas conclusões de maneira mais precisa. Para Anthony Giddens,

A confiança pessoal torna-se um projeto a ser “trabalhado” pelas partes envolvidas, e requer a abertura do indivíduo para o outro. Onde ela não pode ser controlada por códigos normativos fixos, a

confiança tem que ser ganha, e o meio de fazê-lo consiste em abertura e cordialidade demonstráveis (GIDDENS, 1991, p. 123).

Quanto menos a pessoa desenvolve a capacidade societária de interação, mais diminuto é seu poder de atuação sobre a realidade concreta e sua inerente capacidade de transformação das suas condições existenciais, perpetuando-se a estagnação material e o conservadorismo axiológico. O sonho de toda pessoa amedrontada perante os signos da diferença é que haja uma ação providencial que mantenha a ordem das coisas tal como elas se encontram, sem transformações radicais. No plano da vida sociopolítica, é esse tipo de posicionamento axiológico que impede o florescimento do espírito revolucionário que modifica as bases repressoras do sistema vigente, cuja estrutura material beneficia apenas uma pequena elite reacionária. Para Bauman,

Quanto mais as pessoas permanecem num ambiente uniforme e na companhia de outras “como elas” com as quais podem ter superficialmente uma “vida social” praticamente sem correr o risco da incompreensão e sem enfrentarem a perturbadora necessidade de traduzir diferentes universos de significado, mais é provável que “desaprendam” a arte de negociar significados compartilhados e um *modus convivendi* agradável (BAUMAN, 2007, p. 94).

Conforme a precisa colocação de Bauman sobre a crise ética da “Modernidade Líquida”, “A solidariedade tem pouca chance de brotar e fincar raízes. Os relacionamentos destacam-se sobretudo pela fragilidade e a superficialidade” (BAUMAN, 2005, p. 159). Essa

incapacidade fundamental de interação intensa entre as pessoas motiva a inversão de premissas axiológicas nas suas avaliações sobre o caráter das pessoas desconhecidas ou que não coadunem com o modo de ser da pessoa reativa: sempre o “outro”, não importa sob qual figuração, é imputado como culpado por seu fracasso existencial, disposição ressentida que evidencia o quanto a personalidade autocentrada insere de carga moral nas suas valorações societárias. Segundo Bauman,

Pensa-se na identidade sempre que não há certeza sobre o lugar de pertencimento, quando não há certeza sobre como se colocar dentre a evidente variedade de estilos e padrões de comportamento, e sobre como se assegurar de que as pessoas aceitem essa posição como correta e adequada de modo que ambos os lados saibam como agir em presença do outro (BAUMAN, 2011b, p. 114).

Cabe ressaltar que o medo, disposição depressiva que gera diversos problemas de âmbito ético, sociopolítico e psicológico para quem sofre dos seus efeitos, enraíza-se na dimensão ontológica, pois constitui o modo de ser de grande parte da massa humana, dominada pela aversão a todo tipo de coisa, pessoa, relação ou circunstância que podem afetar a manutenção da integridade do sujeito temeroso. Esse medo então se materializa em diversas expressões concretas que afetam a percepção pessoal perante as adversidades da vida prosaica, exigindo desse sujeito a adoção de posicionamentos defensivos cada vez mais intensos. Para Armando Silva,

Onde há mais mecanismos de segurança ostensivos há mais medo potencial para desenvolver os

medos: esse é o paradoxo da máquina paranoica imparável que se alimenta a si mesma. A luta contra o terrorismo, que produz, por sua vez, o máximo de terror. O medo torna visível a possibilidade de ser assaltado e agita o coração (SILVA, 2014, p. 71-72).

Talvez a grande hipérbole do medo seja o fato de o homem ter medo de ter medo, situação aflitiva que, muito mais do que um retórico jogo de palavras, é a expressão crucial da extenuação existencial do homem destituído de orientação autônoma em sua vida concreta, pois esse sujeito, alienado de sua própria força criativa, não consegue mais lidar com as situações contraditórias da existência, situações inevitáveis e inescapáveis, pois intrínsecas ao grande devir da vida perante o qual todos nós, queiramos ou não, devemos nos adequar: “O mais horripilante dos medos adicionados é o de ser incapaz de evitar a condição de estar com medo ou de escapar dela” (BAUMAN, 2008a, p. 124).

Uma das bases fundamentais da filosofia política moderna se sustenta sobre o problema do medo e suas manifestações nas relações interpessoais. Hobbes estabelece a noção de estado de Natureza para ilustrar como seria a condição humana em período anterior ao da formação do Estado como órgão regulador dos conflitos sociais intrínsecos ao da vida humana. O presumido estado de natureza é desprovido de segurança, ordem, paz, pois inexistem um conjunto de leis que regulem as contraditórias ações humanas, categorizadas por Hobbes como uma terrível “guerra que é de todos os homens contra todos os homens” (HOBBS, 1997, p. 109).

Na ausência de qualquer trava para a expressão da pretensa violência inata

presente na condição humana, Hobbes enuncia a imagem diabólica de que “o homem é um lobo para o homem” (HOBBS, 1993, p. 275), pois todo ser humano é visto como o inimigo em potencial que ameaça a conservação da vida individual. Nessa conjuntura, a liberdade é uma experiência paradoxal, pois ao mesmo tempo em que o indivíduo tudo pode fazer, também nada pode fazer, pois assim como é capaz de roubar ou matar, é também passível de ser roubado ou morto. A liberdade para Hobbes é uma experiência privativa, pois somente quando o homem abre mão de sua violência intrínseca em prol da organização soberana do Estado é que ele garantiria as condições de paz e segurança para a efetivação da sua existência. Mediante a transferência do poder individual da força física ao soberano, este se torna absoluto e inquestionável, legitimando-se assim todas as ações que este realizar em prol da conservação da ordem pública.

Para Hobbes o medo da morte violenta é o motor que impulsiona os indivíduos a se associarem em prol da construção do Estado como o mantenedor da paz, pois ao temerem a ação destrutiva de indivíduos ou grupos de rapina mais fortes eles se associam visando unir forças contra as agressões externas, de modo a conservarem assim suas próprias existências. Na conjuntura da sociedade tecnocrática, constantemente as ideias de Hobbes se tornam mote para debates acalorados sobre o papel normativo do Estado no controle da dissensão social. Será que seria possível acreditarmos piamente na capacidade de respeito mútuo entre as pessoas se porventura a coleira do Estado e seu inerente poder normativo fossem destruídos? Conforme a perspectiva hobbesiana, a resposta é negativa. Contudo, o medo da sanção penal não é

o determinante para o controle sobre a violência individual sobre outrem, pois é plenamente possível que disposições altruístas e amistosas se manifestem nas ações de pessoas sem que necessariamente haja a internalização das regras legais de conduta. Assim como a crença no divino não é determinante para a realização de uma vida virtuosa, assim também a existência de leis não é crucial para que uma pessoa justa aplique ações convenientes para o bem comum no decorrer de sua vida cotidiana. No entanto, para muitas pessoas que são desprovidas de consciência cidadã, é precisamente o fato de existir, ainda que em bases frágeis, o sistema normativo das leis, que impede a realização de atos violentos que atentem contra a dignidade do próximo. A teoria hobbesiana evidencia seu caráter extemporâneo precisamente ao apresentar a violência primitiva nas relações humanas e o papel do medo na formação das organizações políticas. Bauman argumenta que

O caos é o que há de mais aterrador para as promessas acenadas pela rotina do estabelecido. A sociedade é uma fuga do medo, mas também é o solo fértil desse medo, e dele se alimenta, é dele a garra com que ela nos detém e extrai sua força (BAUMAN, 2011b, p. 27).

No cenário diplomático, a noção de guerra preventiva encarna a manifestação do medo como a incapacidade cabal de um Estado desenvolver uma compreensão racional sobre o seu poder organizador perante a ameaça em potencial das ações militares de outrem elegido como inimigo. Essa é a concretização reativa do medo na ordem internacional, pois antes mesmo da nação imputada como inimiga

efetivar qualquer agressão contra um Estado que se julga ameaçado em sua segurança e soberania, este se antecipa a qualquer possível ataque e efetiva ações bélicas contra o território inimigo. A opção pela guerra preventiva se assemelha ao indivíduo que, temendo sofrer dor de dente, o extrai enquanto este ainda está saudável. O medo da dor e o medo por uma possível agressão que talvez sequer aconteça é sintoma cabal da exaustão psíquica de um indivíduo, povo ou nação, incapazes de superar seus traumas históricos e suas limitações existenciais.

A privatização da vida e das interações sociais pela preferência em se habitar condomínios de segurança máxima e centros comerciais hermeticamente fechados são sinais evidentes do grande medo incrustado na esfera pública, medo difuso, pois não sabemos exatamente de onde virão possíveis agressões contra nossa própria integridade, de maneira que assim preferimos estabelecer um sistema de proteção absoluta para frearmos as ações inconvenientes de possíveis inimigos: “No coração da política da vida jaz um desejo profundo e insaciável de segurança, mas agir segundo esse desejo redundaria em insegurança ainda maior e mais profunda” (BAUMAN, 2000, p. 31). Dessa forma, preferimos nos enclausurar em espaços artificiais de convivência homogênea onde impera a política normativa da assepsia social, pois todo desvio de conduta e manifestações acintosas de pobreza são repelidas raivosamente por pessoas ansiosas pela manutenção do status quo. Segundo Bauman,

No medo, a indústria de consumo incentivou a mina de ouro sem fim e auto-renovável que há muito procurava. Para a indústria do

consumo, o medo é, plena e verdadeiramente, um “recurso renovável”. O medo se tornou o moto perpétuo do mercado de consumo – e portanto da economia atual (BAUMAN, 2006, p. 96).

Para essas figuras reativas, quanto menores o dispêndio de tempo e a intensidade do contato com a escória social e com as massas subalternas, tanto melhor, pois para a elite esnobe, essa população somente encontra seu mísero valor na condição de servidora dócil dos interesses das classes economicamente dominantes em nosso sistema social, apenas até o momento futuro em que a tecnologia científica criar robôs que possam substituir esses anônimos sociais. Bauman aponta que

A visão dos pobres mantém os não-pobres vigiados e obedientes. Assim, ela perpetua a vida de incerteza destes. Ela os estimula a tolerar ou suportar com resignação a irrefreável flexibilização do mundo e a crescente precariedade de sua condição (BAUMAN, 2008b, p. 151).

Há figuras sociais que revelam pistas que possibilitam desenvolvermos orientações de defesa contra as ameaças externas, tais como as manifestações ruidosas de pessoas ou grupos imputados como incivilizados, o uso de vestimentas rotas e maltrapilhas ou que estejam fora de moda, olhares maliciosos ou invejosos dirigidos para os “cidadãos de bem”, dentre outras formas de intervenção na esfera pública que não são aceitáveis para as regras de convivência social das boas maneiras e dos bons costumes do ethos burguês. Por conseguinte, a erupção ubíqua do medo no cerne da sociedade tecnocrática exige da personalidade reativa a perspicácia semiótica de interpretar os sinais do grotesco presente nas pessoas imputadas como

existencialmente indesejáveis, pois, conforme o senso comum dos distintos cidadãos reacionários avessos a toda manifestação de diferença social, o melhor seria que essas pessoas pretensamente desprovidas de qualidades não existissem. Rogério Haesbaert argumenta que

Uma sociedade dita de insegurança, como a nossa, cada vez mais moldada em diferenças/ desigualdades e baseada em noções superadas de dentro e fora, aberto e fechado – na verdade cada vez mais ambíguas, acaba por privar-se dessa efetiva alteridade (HAESBAERT, 2014, p. 102).

Talvez os grupos sectários que se arrogam detentores de qualidade superior perante a grande massa anônima de pessoas consideradas “mal nascidas” não efetivem plenamente suas disposições odiosas de eliminação final dos indesejáveis em decorrência da esqualida garantia jurídica que esses párias sociais encontram sob as suas irrelevantes disposições formais no manto constitucional das leis, que, no entanto, na prática existem para atuar conforme os interesses escusos da elite plutocrática. Contudo, não tardará talvez para que mesmo no seio das pretensas sociedades democráticas medidas legais de exceção sejam adotadas contra as liberdades individuais e as vidas de pessoas existencialmente indesejáveis, medidas essas que já ocorrem usualmente com a anuência dos poderes públicos através de execuções sumárias efetivas pelas forças policiais, criminalização da pobreza, segregação social, em suma, o sacrifício cotidiano de pessoas que não são economicamente viáveis. O holocausto perdura e é um avilte contra a dignidade da condição humana considerar que apenas um povo sofreu

os seus horrores. Toda vez que um ser humano é vilipendiado por sua etnia, condição econômica, orientação sexual e qualquer outra categorização, abrem-se as portas para a barbárie institucionalizada. A cordialidade típica do povo é apenas retórica para seduzir apatetados turistas. Bauman argumenta que

Cada vez mais, ser pobre é encarado como um crime; empobrecer, como o produto de predisposições ou intenções criminosas – abuso de álcool, jogos de azar, drogas, vadiagem e vagabundagem. Os pobres, longe de fazer jus a cuidado e assistência, merecem ódio e condenação – como a própria encarnação do pecado (BAUMAN, 1998, p. 59).

A gestão de segurança pública na sociedade plutocrática se fundamenta pelo projeto excludente e repressor de todas as diferenças, em especial mediante a criminalização da pobreza, cujos inúmeros membros de tal categoria, desprovidos de cidadania, se convertem nos inimigos públicos que devem ser silenciados. Ocorre assim a conexão artificial entre pauperismo e tendência ao crime, motivando o estabelecimento de aparatos repressivos de controle de todo dissenso social. O Estado plutocrático, ao invés de promover a integração social autêntica mediante o estabelecimento de medidas legais que efetivem a distribuição mais justa de riqueza para as classes trabalhadoras e o fim de sua exploração laboral que somente favorece aos interesses privados da rapinagem empresarial, favorece, pelo contrário, a contínua espoliação dessa massa trabalhadora pela proteção estatal fornecida às grandes corporações, sempre beneficiadas por medidas escusas que perpetuam a grande cisão humana da civilização industrial,

aumentando assim cada vez mais o hiato entre os eleitos e os condenados sociais. Bauman considera que

Desde o início o Estado moderno confrontou-se com a desestimulante tarefa de gerenciar o medo. Teve de tornar a tecer a rede de proteção que a revolução moderna destruiu, e continuar a consertá-la enquanto a modernização por ele promovida continuava a deformá-la e desgastá-la (BAUMAN, 2006, p.98).

O espaço público na sociedade lesada é fracionado, pois os locais que promoveriam talvez a integração social entre as pessoas das mais diversas origens cada vez mais são ocupados por táticas militaristas de proteção aos interesses privados dos consumidores-cidadãos, que afirmam pagar regularmente os seus impostos e não aceitam qualquer tipo de interferência desagradável na fruição dos seus lazeres e dos seus prazeres egoístas. Qualquer projeto urbanístico de integração plena entre as diversas zonas da cidade pelos meios de transporte sofrem constantes críticas dos sectários que não aceitam qualquer contato com a massa pobre, que só serve socialmente ao projeto plutocrático da gestão empresarial da cidade como mão-de-obra desqualificada, que deve assim encarar as oportunidades de emprego concedidas pelos empreendimentos empresariais como a única possibilidade de fuga da miséria. Bauman aponta que

As elites escolheram o isolamento e pagam por ele prodigamente e de boa vontade. O resto da população se vê afastado e forçado a pagar o pesado preço cultural, psicológico e político de seu novo isolamento (BAUMAN, 1999, p. 29).

O reacionarismo elitista talvez esqueça que se muitos moradores de áreas urbanisticamente desvalorizadas

frequentam as praias nobres da cidade é em decorrência da degradação das praias mais distantes e outros locais de lazer que tais pessoas frequentavam outrora. De onde vem o esgoto que polui as águas da cidade? Quem motivou a destruição ambiental dos locais apazíveis frequentados pelos suburbanos? Os rincões periféricos da cidade são destinados tradicionalmente a se tornar depósito dos dejetos produzidos por todo o tecido social, havendo quase uma simbiose macabra entre o lixo material e o lixo humano. Para a mentalidade asséptica dos “bem nascidos”, os pobres são os excrementos sociais que, na impossibilidade de deixarem de existir, devem ao menos permanecer estáticos nos lugares onde habitam, com o mínimo de mobilidade urbana possível para que não incomodem os cândidos olhares da elite reacionária, asséptica e irmanada com as táticas fascistas de gestão social. Por isso cada vez os poderes estabelecidos dificultam a integração dos transportes públicos entre os bairros suburbanos e os bairros sofisticados da grande cidade-fetice, maravilhosa apenas nos anúncios publicitários. Bauman salienta que

A “mixofobia” é uma reação altamente previsível e difundida à variedade esmagadora, arrepiante e estressante de tipos humanos e estilos de vida que se encontram e se acotovelam pelos espaços das ruas das cidades contemporâneas – não apenas nos oficialmente proclamados (e com isso evitados) bairros barra-pesada ou nas “ruas perigosas”, mas também nas áreas de convivência normais (leia-se: desprotegidas de “espaços de interdição”) (BAUMAN, 2011a, p. 73).

Essa distinta elite social acusa as massas economicamente desfavorecidas de ser

invejosa e ressentida, pois sua incapacidade de alcançar um nível satisfatório de consumo segundo os critérios convencionais da ideologia burguesa (sustentada pela disposição de ter cada vez mais e usufruir das benesses materiais sem maiores preocupações morais) levaria seus membros a querer se apropriar das posses exclusivas desses cidadãos de grande quilate mediante procedimentos ilícitos, em vez de se empenharem asceticamente mediante o suor do trabalho para que possam obter os produtos desejados. Porém, essa elite raivosa se afeta profundamente quando pessoas dos estratos sociais inferiores consomem produtos que supostamente são destinados exclusivamente ao usufruto da minoria próspera, pois esta não consegue conviver com o fato de que algumas facilidades econômicas no sistema de crédito aumentou o poder de consumo das classes emergentes, temendo assim perder seu prestígio social e senso de singularidade na posse de bens qualificados. Por conseguinte, a elite reacionária é também chafurdada no espírito do ressentimento, sendo que ela ainda possui o crivo ideológico da etiqueta e das boas maneiras, defendendo argumentos ridículos como o de que não basta possuir algo, é necessário ter estilo.

As erupções multitudinárias das hordas periféricas são importantes para que a hipócrita bonomia do tecido social seja abalada e para que se possam reconhecer assim as contradições intrínsecas de nosso sistema excludente e violento nas suas bases organizacionais. Quanto mais as massas faveladas permanecerem silenciadas em seus espaços de segregação urbana, mais tempo permanecerão oprimidas pelos lacaios policiais, cuja truculência institucionalizada é cancelada pelo

reacionarismo da opinião pública, que se identifica ideologicamente com o modo de ser das classes economicamente abastadas, independentemente da forma como elas conquistaram sua proeminência financeira no decorrer das eras. Com efeito, não existe grande fortuna que nasceu da pura honestidade do seu detentor. Seja através da exploração radical dos trabalhadores, da expropriação indébita de terras, da sonegação de impostos e outras falcaturas, as riquezas imensuráveis escamoteiam o sangue da vida humana (e muitas vezes da vida animal) em suas cédulas, joias, barras de ouro, títulos de ações, mansões, carros de luxo, iates. O que é um roubo praticado por uma pessoa pobre diante da constante espoliação do bem público perpetrado por uma casta de políticos corporativistas vassalos do empresariado? O roubo de uma pessoa pobre afeta apenas figuras particulares, enquanto o roubo do parlamentar afeta diretamente a vida de milhões de cidadãos, e pouco se faz para coibir as práticas indébitas de elite burocrática do colarinho branco, os verdadeiros promotores das grandes crises econômicas e políticas, pois é o povo abastalhado que deve depois pagar a conta pelos estragos cometidos pelos especuladores financeiros e políticos corruptos.

Inexiste um projeto político de emancipação plena das massas faveladas, pois a repressão policial a serviço dos interesses corporativos protegidos pelo Estado plutocrático, a crueza dos narcotraficantes alheios aos problemas sociais e a docilidade apregoada pelos pastores de almas de seitas religiosas que mais se assemelham a empresas de capitalização desmobilizam a formação de uma ação

estratégica dos habitantes das favelas contra a tirania da sociedade eugênica da civilização tecnocrática. Os arrastões nas praias, as confusões nas ruas e as badernas nos meios de locomoção perpetrados pelos anônimos periféricos é uma espécie de inconsciente luta por reconhecimento diante da indiferença de uma sociedade cada vez mais idiotizada em sua consciência sociopolítica, incapaz de compreender as demandas existenciais desses seres marginalizados. Poucos “cidadãos de bem” elevam suas vozes para defender os direitos humanos das pessoas esmagadas pela ação fascista das tropas policiais que fazem das favelas uma zona de guerra constante. Quando as hordas periféricas invadem as praias e os espaços especiais da cidade, de imediato soam as vozes rancorosas dos reacionários sociais, que clamam pela detenção desses anônimos pobres, quase todos negros, reforçando ainda mais a segregação sociopolítica sobre esses sujeitos desprovidos de segurança social e ontológica, pois suas vidas e seus projetos existenciais são ameaçados continuamente pelas agruras das incertezas existenciais em tempos de crise global.

A ordem pública da sociedade tecnocrática está assentada no fio da navalha, e se porventura não houver um projeto de mudança radical na gestão social não tardará talvez para que a vida metropolitana se torne um campo minado extremamente mortífero, no qual a circulação pública dos sujeitos se tornará cada vez mais restrita, pois se encontrará sob a ameaça constante da violência endêmica que brota de todos os lados. Essa situação aflitiva perpetuará assim os efeitos corrosivos do medo na consciência social até um nível de intensidade nervosa que prepara o terreno para uma genuína

guerra civil na cidade cindida, pois a capacidade de interação dialógica foi suprimida e substituída pelo silêncio sociopolítico. A partir do momento em que não nos dispomos a escutar o apelo do oprimido, não poderemos esperar que alguém ouça nosso próprio apelo no futuro, quando também nos encontrarmos na condição angustiante de oprimidos.

Considerações finais

O pensamento de Bauman é uma das expressões intelectuais mais consistentes sobre a conjuntura contraditória da formação da sociedade tecnocrática, destituída de uma organização efetivamente democrática na sua gestão política, não obstante sua pretensa bandeira liberal. A vida líquida tal como analisada por Bauman em suas diversas interfaces societárias não é um fato definitivo, gerador de um pessimismo prático aterrador que impede toda possibilidade de mudança nas organizações sociais. As questões apresentadas por Bauman são denúncias do modo de vida alienado e degradante no qual estamos inseridos irrefletidamente em nossa gestão humana amedrontada e infeliz, por nossa falta de coragem de mudarmos as condições precárias da existência lesada que assola os mais diversos segmentos culturais. Muito mais do que um sucesso editorial promovido pela indústria cultural do mercado literário, a obra de Bauman é um diagnóstico dos nossos tempos tenebrosos cujo futuro, apesar de sombrio, pode ser modificado, caso o engajamento multitudinário pela realização por um mundo melhor, isto é, no qual as relações humanas se tornem mais solidárias e comprometidas com a emancipação perante toda forma de limitação existencial, se efetive contra toda expressão de conformismo e

passividade que favorecem a explosão da barbárie.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Trad. de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Confiança e medo na cidade**. Trad. de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

_____. **A Ética é possível num mundo de consumidores?** Trad. de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011a.

_____. **Em busca da política**. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. **Europa: uma aventura inacabada**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

_____. **Globalização: as consequências humanas**. Trad. de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **O mal-estar da Pós-Modernidade**. Trad. de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. **Medo Líquido**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008a.

_____. **A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas**. Trad. de José Gradel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008b.

_____. **A sociedade sitiada**. Trad. de Bárbara Pinto Coelho. Lisboa: Instituto Piaget, 2010.

_____. **Tempos Líquidos**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

_____. **Vidas desperdiçadas**. Trad. de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna**. Trad. de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011b.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco: rumo a uma outra modernidade**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da Modernidade**. Trad. de Raul Fiker. São Paulo: Ed. UNESP, 1991.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterrorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HOBBS, Thomas. **De Cive**. Trad. de Ingeborg Soler. Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. **Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. In: Vol. Hobbes, Col. Os Pensadores. Trad. de João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nissa da Silva. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

NIETZSCHE, Friedrich. **A Gaia Ciência**. Trad. de Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Armando. **Imaginários, estranhamentos urbanos**. Trad. de Carmen Ferrer. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2014.